

PANORAMA GERAL

As práticas do congelamento dos preços da economia efetivadas em 1986 e 1987 evidenciaram ter um efeito extremamente volátil, uma vez que medidas de fundo para o combate à inflação não foram tomadas. A despeito desse fato, o congelamento decretado na implementação do Plano Verão foi acolhido pela opinião de economistas de diferentes orientações analíticas, face ao consenso da proximidade de um momento hiperinflacionário, com suas graves conseqüências econômicas e sociais.

Todavia, se houve consenso dos analistas acerca da necessidade e da oportunidade de um novo congelamento, houve também a explicitação do descrédito sobre as possibilidades de sucesso de mais um plano de estabilização. Não poderia ser de outra forma, dado que o mesmo surge como um desdobramento da política econômica colocada em prática em 1988, cuja inadequação para enfrentar os problemas a que se propõe foi evidenciada pelo comportamento dos preços e pela queda da produção naquele ano e início de 1989.

A política seguida desde o início de 1988 tratou os problemas das contas governamentais como se fossem oriundos de uma inadequada administração de fluxos, principalmente dos montantes gastos. Disso derivou uma recorrente opção pela austeridade dos gastos, com tímidas tentativas de ampliar as fontes fiscais de financiamento do Estado. Porém, como já tem sido afirmado tantas vezes, as dificuldades das contas governamentais residem fundamentalmente no excessivo montante dos estoques das dívidas estatais interna e externa. O caráter financeiro dos desequilíbrios das contas públicas, dados os grandes valores de débitos, adquiriu natureza estrutural. Isto significa dizer que medidas fiscais de austeridade não são suficientes – quando utilizadas de forma isolada – para solucionar a questão que a realidade coloca: cobrir o custo dos serviços das dívidas interna e externa do Estado. Este é um dos aspectos que necessita ser enfrentado para recuperar as expectativas em torno das atividades produtivas e, conseqüentemente, estabelecer a estabilidade dos preços.

Carente de medidas de profundidade, o Plano Verão teve no congelamento dos preços da economia e numa política monetária restritiva, com elevadíssimas taxas de juro, suas peças fortes. Outro aspecto importante do Plano de Estabilização foi a supressão da URP e, mais do que isso, a ausência de uma regra de recomposição salarial, do que decorre uma perda das remunerações do trabalho. Na falta de outras medidas relevan-

tes, é a esse conjunto de deliberações governamentais que se deve atribuir a expectativa, tantas vezes explicitada, de "apagar a memória inflacionária". Essa expressão, por si só, suscita estranheza, pois leva a entender que a inflação seria basicamente inercial, o que nega as experiências de 1986 e 1987. Assim, frente à inércia, a elevação dos preços tenderia a desaparecer ou a diminuir significativamente seu ritmo. Num esforço para entender a "mecânica" que levaria a esse tão desejado resultado, poderia supor-se que o congelamento dos preços, auxiliado pela elevada taxa de juros para impedir as práticas especulativas, reduziria a taxa de inflação. A fixação dos salários — pela ausência de regras de recomposição — serviria para dar uma base da previsão da evolução dos custos de produção.

Como já se podia prever, a realidade dos primeiros meses de 1989 mostrou que a implementação do Plano Verão foi inócua. É visível a permanência das pressões inflacionárias. A elevada taxa de juros praticada apenas abriu mais um espaço especulativo, sem servir aos fins a que se propunha, bastando o anúncio de sua redução para que grandes massas de recursos se transferissem para outros tipos de ativos, provocando sua valorização. Visualiza-se neste ponto um equívoco da administração do Plano: não seria possível manter por tempo mais longo as elevadíssimas taxas de juros, sob pena de dobrar o estoque da dívida pública em curto período. Na medida em que isso foi percebido pelos agentes econômicos, tornou-se praticamente impossível reverter as expectativas inflacionárias. Quando o Governo se viu forçado a reduzir os juros, os capitais imediatamente passaram a realizar de forma intensa outros tipos de especulação, numa prática que demonstra a desconfiança no padrão monetário.

A política monetária praticada e os limites que rapidamente encontrou (com a necessidade de reduzir os juros) apontam um novo encurtamento do raio de ação dos instrumentos de que tem se valido o Governo para fazer frente à crise. Aliás, o espaço de mobilidade da política econômica já apareceu claramente restringido na conjuntura fortemente inflacionária e recessiva dos últimos meses de 1988 e início de 1989. A recessão impedia um amplo corte de gastos governamentais, sob o risco de precipitar as atividades para níveis excessivamente baixos. Com a expansão da dívida pública, causada pelas altas taxas de juro, o Governo ampliou mais do que seria necessário os serviços da dívida e seu estoque. Desses fatos estão conscientes os agentes econômicos. Por isso, as expectativas deterioram-se, influenciando nos níveis dos preços e das atividades produtivas. A solução, há muito identificada, reside na recuperação dos mecanismos de financiamento do Estado e da economia. Todavia o Estado, balizado pela política dos interesses consagrados, tem se mostrado incapaz de equacionar a superação da crise de crescimento, da qual a inflação é principalmente um sintoma.